

Informativo Especial | Memória do Judiciário – Dia da Justiça

Terça-feira, 8 de dezembro de 2020



Memória do Poder Judiciário

Criado pela Resolução nº 316/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o dia 10 de maio passou a integrar o calendário da Justiça para celebrar o patrimônio cultural construído desde o Brasil Colônia, para as gerações presentes e futuras.

A data escolhida é a mesma da criação, em 1808, da Casa da Suplicação do Brasil, primeiro órgão de cúpula que houve no Judiciário brasileiro.

A iniciativa do CNJ, de certa forma, coincide com a ideia da direção do CADIP, de resgatar algumas datas, memórias e histórias relacionadas à Justiça, ao TJSP, e à Seção de Direito Público; ideia que se expressa nesse informativo.

Você sabe a origem do dia da Justiça?

A data foi instituída oficialmente por meio do Decreto-Lei nº 8.292 de 1.945. É comemorada no dia 8 de dezembro como homenagem ao Poder Judiciário e aos profissionais da Justiça. A Lei nº 1.408 de 1.951 estabeleceu que, nesse dia, não há expediente nos Tribunais.

Hoje, nós do CADIP (Centro de Apoio ao Direito Público) consideramos importante falar um pouco sobre o papel da Justiça e sua relevância para a coletividade.

É nos Tribunais que os mais diversos conflitos e questionamentos são apresentados, demandando respostas que impactam o cotidiano e a vida dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Num período de grandes transformações sociais, políticas, econômicas e



Acima, o Desembargador José Linhares, Ministro e Presidente do STF, que assinou o Decreto-Lei 8292/45 durante período em que assumiu interinamente a Presidência da República após a deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 1945.

tecnológicas como o que atravessamos, aumentam as questões complexas e desafiadoras que chegam ao Judiciário.

Na Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça, por exemplo, a competência regimental envolve matérias que vão de serviços públicos e contratos administrativos a questões ambientais; de tributos e precatórios a desapropriações e urbanismo.



Acima, o prédio da Avenida Ipiranga, 165, onde estão atualmente instalados os gabinetes das Câmaras da Seção de Direito Público. Situado na região da República, o prédio além de ser uma referência arquitetônica do Centro da cidade juntamente com os edifícios Copan e Itália, é também conhecido e referenciado por ter abrigado no passado o Hotel Hilton.

Um pouco sobre o período recente

Entre os temas de interesse e debate no último período, estão a previdência complementar de servidores públicos, a judicialização da Saúde e o fornecimento de medicamentos de alto custo pelo Estado, diversas questões relacionadas à pandemia, além de questões processuais como o IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas), e o IAC (Incidente de Assunção de Competência), entre diversos outros assuntos.

Esses são apenas alguns dos aspectos que revelam a importância da Justiça para a coletividade e a constante necessidade de sintonia com as transformações que se impõem, para seguirmos em frente.

É por essas e muitas outras razões que no Dia da Justiça, nós do CADIP deixamos nossa saudação a todos os integrantes do Sistema de Justiça e à comunidade jurídica em geral.

História

O Tribunal de Justiça de São Paulo foi instalado no dia 3 de fevereiro de 1874, sendo denominado Tribunal da Relação de São Paulo e Paraná e tinha por função julgar todas as causas em segunda instância, anteriormente julgadas pelo Tribunal de Relação do Rio de Janeiro. As primeiras instalações se deram em casarões situados no centro da capital paulista.

Em 1891, com a separação judiciária das províncias, surgiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, mas foi apenas no ano de 1911, por conta do crescimento demográfico e

econômico de São Paulo e da consequente expansão do Judiciário paulista, que se fez necessária a construção de uma sede para abrigar a Corte.

Inspirado em seu homônimo romano, o Palácio da Justiça do TJ paulista foi construído em estilo neoclássico com cunho barroco, seguindo projeto do escritório do arquiteto Ramos de Azevedo. A edificação foi inaugurada em duas datas distintas, nos anos de 1933 e 1942, quando foi concluído o 5º pavimento, destinado a algumas salas de julgamento e gabinetes do Órgão Diretivo do TJSP,

sendo tombado pelo Condephaat em 1981.

Com a unificação dos tribunais de Alçada e do TJSP, determinada pela Emenda Constitucional nº 45, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo passou a contar com as Seções de Direito Criminal, Privado e Público.

Sediada no GADE MMDC, localizado na Avenida Ipiranga, 165 – bairro República, na Capital, a Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é composta por 18 Câmaras (competência: Resolução 623/2013).